

O Lugar do Género na Produção de Gentrificação e de Novas Procuras Residenciais no Centro Histórico de Lisboa

The Place of Gender in the Production of Gentrification and New Residential Searches in the Historic Center of Lisbon

Luís Mendes

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da
Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras
luis.mendes@ceg.ul.pt

Resumo

Seleccionando o Bairro Alto como caso ilustrativo deste processo de gentrificação na cidade de Lisboa, analisaremos as importantes transformações na sua estrutura demográfica e sócio-cultural, com a chegada de novos moradores, desde o início dos anos 80. A hipótese é a de que a reconfiguração de estratégias residenciais de sectores sociais específicos, nos quais a questão do género tem um contributo especial, tem conduzido à emergência de novos modelos de apropriação e de vivência do habitat e, por conseguinte, ao aparecimento de novos produtos imobiliários e novos formatos de alojamento no bairro.

Palavras-Chave: Gentrificação; Género; Novas Classes Médias; Bairro Alto; Lisboa.

Abstract

Choosing Bairro Alto as an illustrative case of the gentrification process in the city of Lisbon, we will analyse the most important changes in its demographic and socio-cultural structure, with the arrival of new dwellers since the beginning of the 1980s. The hypothesis is that the residential strategies reconfiguration of specific social sectors, in which the gender question has special contribution, have been leading to the emergence of new appropriation and living models and, consequently, to the appearance of new estate products and new lodging formats in the neighbourhood.

Keywords: Gentrification; Gender; New Middle Classes; Bairro Alto; Lisbon.



Introdução

A década de setenta representou uma importante viragem da sociedade portuguesa que, desde então, tem sido submetida a profundas alterações na sua estrutura política, económica, social e cultural, alterações essas visíveis não só a um nível estrutural mas também ao nível do território, das configurações urbanísticas e sociais dos espaços urbanos, nomeadamente na cidade de Lisboa. Realidade em mudança, Lisboa representa, assim, um palco privilegiado para todas essas transformações materializadas numa reorganização do próprio espaço e na reconfiguração social de alguns dos seus espaços mais antigos, centro histórico e bairros tradicionais. Essas alterações decorrem em simultâneo com uma crescente fase de revalorização, reutilização e reabilitação urbana e social dos contextos urbanos, indiciando novos processos de recomposição da sua textura socio-espacial.

Ultimamente, o mercado de habitação da cidade de Lisboa, à semelhança das do capitalismo avançado, tem sofrido transformações significativas, do ponto de vista da emergência de novos produtos imobiliários e de novos formatos de alojamento, com consequências na organização espacial urbana. Na verdade, aos olhos de um conjunto amplo de autores, essas transformações já algum tempo configuram o esboço de uma tendência de recentralização que, convém frisar, não substitui a contínua desconcentração das residências e actividades. A escolha desses contextos socio-espaciais é produto de um consumo cultural e estético, simbolicamente apropriado e potenciador de signos distintos e distintivos de uma 'nova classe média'. Essa é a população protagonista de um movimento de recentralização e que redescobre no valor histórico e/ou arquitectónico dos bairros tradicionais a capacidade de se reinventar social e culturalmente.

Assim, no presente texto, pretende-se dar conta das transformações ocorridas no Bairro Alto em Lisboa, contemplando, de forma sintética e breve, a reestruturação social que este tem registado, bem como avaliar o papel que o género tem na definição do perfil social dos novos moradores, em grande parte responsáveis pela renovação das formas de apropriação daquele espaço. No seguimento dos estudos mais recentes que se têm realizado, nesse âmbito, que têm revelado bastantes similaridades e conclusões acerca do perfil social dos protagonistas do processo de gentrificação, apresentaremos as características – idade, rendimento, nível de escolaridade, profissão, composição do grupo doméstico e origem geográfica – que permitem a construção de um possível perfil do gentrifier típico.

Concluiremos, defendendo que se revela muito difícil, no caso do Bairro Alto em Lisboa, categorizar o sujeito gentrifier como unificado e de perfil perfeitamente tipificado, como também argumentar que a gentrificação residencial verificada é, sobretudo, uma questão de género. Perante uma maior diversificação das práticas, valores e estilos de vida urbana presentes, consideraremos a possibilidade de existência de vários tipos de gentrifiers, de acordo com variáveis como: a fase do ciclo de vida que coincide com o momento de entrada no processo; a categoria socio-profissional; os rendimentos ou recursos económicos; e o standard da reabilitação efectuada na

nova residência. Chamamos a atenção para o que designou na bibliografia se designa de marginal gentrifier, isto é, franjas menos privilegiadas das novas classes médias e que apresentam uma significativa divergência entre um capital escolar cultural elevado e um baixo nível de capital económico. Exemplos frequentes são os dos jovens estudantes ou recém-licenciados na situação de sub-empregados ou empregados temporariamente em situação precária, mas que continuam a dar preferência às áreas centrais da cidade para fixar residência e que parecem ganhar significado no Bairro Alto. Para terminar problematizaremos a dificuldade de definição do perfil de gentrifier no quadro da temática da classe média e dos desafios que esse conceito tem colocado à análise marxista de classes.

Gentrificação, Recentralização Urbana e as Novas Procuras Residenciais na Cidade Centro

Durante as últimas décadas, os núcleos históricos das cidades tenderam a degradar-se como consequência de um modelo de crescimento urbano favorável à expansão da periferia, em detrimento da revitalização das áreas centrais mais antigas e da coesão do tecido urbano já existente. O mercado habitacional concentrou os seus esforços num projecto imobiliário que se desenvolveu, predominantemente, ao longo dos grandes eixos rodoviários, em áreas periféricas, cada vez mais afastadas dos centros, ao passo que estes sofriam um processo de despovoamento e de envelhecimento demográfico. Ultimamente, o mercado de habitação das cidades portuguesas, à semelhança das do capitalismo avançado, tem sofrido transformações significativas, do ponto de vista da emergência de novos produtos imobiliários e de novos formatos de alojamento, com consequências na organização espacial urbana. Na verdade, aos olhos de um conjunto amplo de autores, estas transformações já algum tempo configuram o esboço de uma tendência de recentralização que, convém frisar, não substitui a contínua desconcentração das residências e actividades. “A recentralização diz respeito à revalorização de áreas na cidade interior e compreende a reabilitação de sítios antigos e o reaproveitamento de áreas subocupadas, para além dos processos mais permanentes de renovação pontual, ou em mancha” (BARATA SALGUEIRO, 2001, p. 62). As novas tendências de reconfiguração interna dos espaços urbanos traduz, nalguns centros, uma fase de reurbanização, que não substitui, contudo, os processos de suburbanização e desurbanização das décadas anteriores, no ciclo de vida das cidades. Por outro lado, trata-se sempre de uma recentralização parcial e selectiva, associada a segmentos populacionais e actividades específicos.

Trata-se de uma recentralização selectiva, alimentada por novas procuras, promotora de uma crescente revalorização e reutilização física e social dos contextos urbanos, indiciando, por conseguinte, novos processos de recomposição da sua textura socio-espacial (BARATA SALGUEIRO, 2006). Essa tendência encontra-se, por um lado, associada à recomposição do sistema produtivo, cuja evolução se pauta por uma crescente terciarização e pela emergência de um novo modelo de acumulação capitalista mais flexível que reconhece no (re) investimento no centro histórico – de capital imobiliário, e na

sua circulação – uma mais-valia.

Por outro lado, radica na reconfiguração da estrutura social sob o signo de uma condição urbana pós-moderna, aqui entendida como um conjunto articulado de mudanças culturais nas experiências e práticas urbanas quotidianas, indissociavelmente ligada a uma cultura de consumo e à estetização da vida social. A globalização da cultura, na sequência da internacionalização da economia e do desenvolvimento dos transportes e dos meios de comunicação, a par da introdução de novos modelos de vida urbanos, vem também transformar os estilos de vida dos actores sociais, assim como as suas aspirações e formas de intervenção no espaço urbano, contribuindo para questionar a permanência de determinados contextos sociais tradicionais com forte peso de uma cultura local própria.

O actual fenómeno de gentrificação deve ser contextualizado nas profundas alterações económicas que têm decorrido nos espaços urbanos dos países ocidentais de capitalismo avançado desde os finais dos anos sessenta. Essas transformações não podem, porém, ser somente compreendidas e analisadas como resultado dos circuitos especulativos de valorização/desvalorização do solo urbano e dos bens imobiliários nele existentes, assim como de políticas de intervenção urbanística-arquitectónica, mas também das alterações que aquela reestruturação económica desencadeou na estrutura profissional e na textura social da cidade, com o declínio da produção e do emprego industriais e do rápido crescimento do sector terciário qualificado no seu interior.

Segundo Savage e Warde (1993), para que haja gentrificação no espaço urbano, tem de se dar uma coincidência de quatro processos: I) uma reorganização da geografia social da cidade, com substituição, nas áreas centrais da cidade, de um grupo social por outro de estatuto mais elevado; II) um reagrupamento espacial de indivíduos com estilos de vida e características culturais similares; III) uma transformação do ambiente construído e da paisagem urbana, com a criação de novos serviços e uma requalificação residencial que prevê importantes melhorias arquitectónicas; IV) por último, uma mudança da ordem fundiária, que, na maioria dos casos, determina a elevação dos valores fundiários e um aumento da quota das habitações em propriedade.

Seleccionando o Bairro Alto como caso ilustrativo desse processo de reestruturação urbana na cidade de Lisboa, analisaremos as importantes transformações na sua estrutura demográfica e sócio-cultural, com a chegada de novos moradores desde o início dos anos 80, dando destaque à questão da mulher e da escolha residencial que faz. A hipótese é a de que a reconfiguração de estratégias residenciais de sectores sociais específicos tem conduzido à emergência de novos modelos de apropriação e de vivência do habitat e, por conseguinte, ao aparecimento de novos produtos imobiliários e novos formatos de alojamento no bairro. Estes assumem a forma de enclaves residenciais, o que reforça a fragmentação do espaço urbano.

O Bairro Alto insere-se nesses contextos socio-espaciais, pois, ainda que receptáculo de enraizadas, antigas manifestações e tradições culturais, tem, nos últimos anos, assistido a profundas alterações no seu tecido social com a chegada de novos moradores, portadores de um estilo de vida próprio, e

com a introdução de novos espaços comerciais direccionados para novos públicos, adeptos de conceitos culturais alternativos. É neste quadro, que surge o conceito de enobrecimento urbano ou de gentrificação, processo pelo qual alguns grupos se têm tornado centrais para a cidade, quando tornaram o centro da cidade num lugar central para si mesmos, não só do ponto de vista de uma localização residencial privilegiada, mas também do uso que dele fazem, especialmente da sua apropriação como marca de centralidade social (emprestada pela centralidade territorial), pelo poder simbólico que confere e pela distinção social que permite.

Referimo-nos, em concreto, às designadas ‘novas classes médias’, população que é protagonista de um movimento de recentralização e que redescobre no valor histórico e/ou arquitectónico dos bairros a capacidade de se reinventar social e culturalmente. Se bem que os bairros antigos da cidade até há pouco tempo fossem entendidos como vetustos, desactualizados, pouco práticos, incapazes de garantir condições de vida aceitáveis à luz dos padrões actuais, ao que parece têm vindo a aparecer, pouco a pouco, como as respostas mais adequadas às críticas dirigidas aos conjuntos concebidos segundo os modelos propostos pelo urbanismo e arquitectura modernos.

Mudança Social e Novas Classes Médias: o Chamamento do Centro Histórico

O processo de gentrificação contextualiza-se no seio de uma ampla recomposição socio-demográfica, traduzindo-se na constituição de uma suposta ‘nova classe média’ que se diferencia da classe média tradicional (LEY, 1994, 1996; BUTLER, 1995B, 1997; BUTLER & ROBSON, 2001, 2003; HAMNETT, 1995). Estas mudanças sociais derivam das transformações económicas que se verificaram nomeadamente ao nível do regime de acumulação capitalista nas últimas décadas nas metrópoles dos países de capitalismo avançado e com a crescente desindustrialização e terciarização económicas. Para Smith (1986a), por exemplo, o aparecimento desses novos grupos sociais correspondem a transformações no interior da estrutura de classes capitalista que decorrem da complexificação da estrutura produtiva, que ao multiplicar as especificidades no interior da força de trabalho, diversifica a divisão social do trabalho.

Se é certo que o processo possui características específicas, nomeadamente no que concerne a uma estratégia residencial e forma de apropriação do habitat que se distingue claramente das restantes na relação dos actores com o espaço doméstico, implicando uma valorização do habitat central no interior da cidade, com determinadas características históricas e arquitectónicas, em que se valoriza o património histórico e a ‘tradição’ do bairro, da arquitectura, dos objectos, do mobiliário, das formas decorativas. Não é menos certo, porém, que é possível encontrar algumas das facetas do processo e estilos de vida presentes, em contextos diversos das zonas históricas das cidades, alvo de um processo de reabilitação, seja ele pontual ou integrado, por iniciativa privada ou por via da acção pública. Os traços identitários presentes nos grupos sociais protagonistas da gentrificação encontram-se também em muitos

níveis, noutros grupos sociais, sendo alguns desses traços características mais abrangentes de sectores sociais mais amplos, provenientes das chamadas 'novas classes médias' e, especificamente, aqueles sectores sociais com pertenças na estrutura económica, ao nível das actividades ligadas ao que Bourdieu (1989) apelidou de produção simbólica. São os intermediários culturais, ligados às indústrias culturais, às artes, à publicidade, ao design, à moda, à cultura, imagem e marketing, arquitectura e decoração, entre outras.

Os estudos mais recentes que se têm realizado nesse âmbito, apesar de decorrerem de modo independente, têm-se revelado muito similares e consistentes no que concerne a conclusões acerca do perfil social dos protagonistas do processo de gentrificação. Em seguida, passam-se a apresentar as características: idade, raça, rendimento, nível de escolaridade, profissão, composição do grupo doméstico e origem geográfica, que permitam a construção de um possível perfil do gentrificador típico.

No que se refere à idade, os gentrificadores tendem a ser relativamente homogêneos, correspondendo maioritariamente aquilo que se designa por 'jovens adultos' e adultos com idades compreendidas entre os 25 e os 35 anos. Salvo raras excepções, os gentrificadores são brancos, havendo, todavia, alguns estudos que reportam a presença de casais mistos.

Quanto ao rendimento, verifica-se que os protagonistas do processo se posicionam entre os escalões médio e médio/alto, registando-se em alguns casos a existência de marginal gentrificadores (o caso de alguns artistas e estudantes) de baixo rendimento ou rendimento flutuante. Correspondem, grosso modo, a franjas menos privilegiadas das novas classes médias e que apresentam uma significativa clivagem entre um capital escolar e cultural elevado e um baixo nível de capital económico. Exemplos frequentes são os dos jovens estudantes ou recém-licenciados na situação de sub-empregados ou empregados temporariamente em situação precária, mas que continuam a dar preferência às áreas centrais da cidade para fixar residência. Todavia, nestes casos pontuais, a situação precária a nível de rendimento económico pouca influência desempenha no que toca ao nível de capital cultural dos indivíduos, o que comprova a tese de Pierre Bourdieu (2004) de que o capital económico, apesar de ser fortemente condicionante, não é absolutamente determinante para definir o capital cultural dos indivíduos. Esse conceito, refere-se ao conjunto de recursos, competências e apetências disponíveis e mobilizáveis em matéria de cultura dominante ou legítima, sendo que a família e a escola se destacam como as principais instituições de transmissão e inculcação do capital cultural (BOURDIEU & PASSERON, 1970).

No que toca ao nível de escolaridade, este tende a ser bastante elevado: a grande maioria possui licenciaturas ou outros graus académicos. Sabendo-se que muitos deles são provenientes de famílias com reduzido capital escolar, pode-se notar que esses são os grandes beneficiados da 'democratização' do ensino (fenómeno sociológico também designado por massificação escolar) e consequente extensão desse, a camadas sociais anteriormente sem flexibilidade económica e cultural que permitisse a frequência desse nível de instituição escolar. Esse fenómeno afigura-se determinante para essa problemáti-

ca, na medida em que a escola e a universidade se tornaram, para uma parte significativa da população, em novos e importantes espaços de socialização entre a família e a vida profissional, divulgando e inculcando valores e modelos de conduta dos consumos culturais, entre as quais se deva incluir as estratégias residenciais. De um lado, o mercado escolar tende a sancionar e a reproduzir a distribuição do capital cultural fazendo com que o êxito escolar seja proporcional à importância do capital cultural legado pela família. De outro lado, as fracções das classes dominantes mais favorecidas, do ponto de vista do capital económico e do poder, não são necessariamente as mais bem providas em capital cultural. Deve-se, então, concluir que a autonomia relativa dos mecanismos de reprodução da estrutura de distribuição do capital cultural no tocante aos mecanismos responsáveis pela reprodução do capital económico seria capaz de determinar uma transformação profunda, sobretudo ao nível da aquisição de capital social. Pierre Bourdieu utiliza a noção de capital na sua obra para dar conta dos recursos de que dispõe um indivíduo, a fim de adquirir uma posição na sociedade. Faz, então, a distinção entre o capital económico (recursos financeiros), o capital cultural (diplomas, domínio da cultura legítima) e o capital social que corresponde às redes de relações pessoais e familiares. No vocabulário das ciências sociais, o capital social designa aquilo a que se chama corrente as relações sociais. 'Ter relações', é poder mobilizar uma rede de amigos, de familiares, de colegas ou de vizinhos conhecidos, em caso de necessidade. Num sentido mais geral, o capital social remete para as redes de relações (públicas ou privadas) que as pessoas mantêm. Essas relações são um 'capital', pois podem ser mobilizadas para obter um apoio: encontrar trabalho, uma habitação, dispor de uma ajuda.

Relativamente à profissão, o perfil do gentrificador concentra maioritariamente membros de profissões científicas e técnicas, bem como, de profissões associadas ao campo socio-cultural ou, como as designa Pierre Bourdieu (1979, 1989), os 'especialistas da produção simbólica': actividades associadas às artes e à cultura, à moda e à publicidade, e também à própria reabilitação urbana, como arquitectos, urbanistas, geógrafos e sociólogos. Para além dos já frisados, participam igualmente indivíduos com profissões ligadas à gestão e à administração empresarial (nos sectores privado ou público). A coincidência entre a presença massiva desse tipo de profissionais no processo de gentrificação e as alterações que decorrem da terciarização da estrutura de emprego no espaço urbano, são fenómenos tão próximos que a sua interpenetração não pode ser negligenciada. Ressalta a ideia epistemológica, cada vez mais evidente no quadro conceptual da gentrificação que nenhuma explicação é suficientemente satisfatória se não incluir referências cruzadas, quer da tese da oferta, quer da do consumo.

O Lugar do Género na Explicação da Gentrificação

Na composição dos grupos domésticos, constata-se a presença de novos padrões de agregado que contrariam as famílias de modelo tradicional. Esse factor, associado às alterações demográficas acarretadas pelo baby boom, provocaram um aumento considerável na procura de alojamento na década

da de 70, uma procura que apenas podia encontrar resposta com a oferta da nova construção suburbana. Na altura, refere Hamnett (1984), a necessidade, mais do que a preferência pela vida na cidade centro, contribuiu então para a produção de novas procuras de residência nas áreas interiores das cidades. A procura de casas cresceu muito em meados dos anos 60 nos EUA, na altura em que as crianças nascidas durante o baby boom do período imediatamente posterior à Guerra começaram a viver nas suas casas. Não existia construção suburbana suficiente para fazer face à procura, e, de qualquer modo, a habitação suburbana era, com frequência, demasiado encarecida para os jovens casais, daí a produção de uma procura com um novo perfil em direcção ao parque imobiliário da cidade centro. Esse argumento é aplicável também em Portugal, mas só a partir dos anos 80.

Até certo ponto a gentrificação também reflecte as alterações nos tipos de agregado verificadas nas sociedades ocidentais a partir dos anos 70. Savage e Warde (1993) salientam, a propósito dessa matéria, que nos finais da década de 80, na Grã-Bretanha, mais de 25% das famílias estatísticas correspondia apenas a uma pessoa, e outros 34% apenas a duas pessoas. O mesmo se passa na sociedade portuguesa, de forma mais significativa, durante a década de 90 (período intercensitário 1991-2001), como veremos no estudo do caso empírico do Bairro Alto. Dominância maioritária de casais sem filhos (normalmente de dupla carreira, os dinks – double income no kids), de famílias monoparentais ou isoladas e de famílias constituídas sob o regime de união de facto, quer de sexo diferente, quer do mesmo sexo. O que essas estratégias familiares parecem denotar é uma nova atitude em relação à família e à reprodução biológica, manifesta na fraca presença de crianças (BONVALET & MERLIN, 1988).

Um dos fortes contributos para essa opção consiste, na opinião de Beauregard (1986, p. 43) e na de muitos outros académicos dos estudos urbanos, no crescimento da participação da mulher no processo produtivo e no mundo do trabalho: “(...) the desire of educated women to establish professional careers, coupled with the continued minimal childrearing participation by men, make it likely childrearing will be postponed by marriage”. De facto, o elemento mais característico dos agregados envolvidos na gentrificação é a feminização do mercado de trabalho, ou seja, o aumento da importância da participação da mulher em actividades e nos mercados de trabalho profissionais nas últimas décadas. Entre os atributos sociais mais característicos das populações, que nas últimas décadas procuraram residência na cidade centro, devem destacar-se: um aumento proporcionalmente maior da população feminina em relação à população masculina; uma proporção invulgarmente elevada de mulheres jovens e solteiras; muito elevada de mulheres envolvidas em actividades profissionais e técnicas de elevada remuneração; a tentativa de minimizar os custos com a deslocação para o trabalho; um nível elevado de habilitações literárias; e o adiamento da idade do casamento e do nascimento do primeiro filho (ROSE, 1989; SMITH, 1986B, 1987; MILLS, 1988).

Nessa linha de pensamento, Rose (1984), a autora que vê a gentrificação como sendo em grande medida resultado da pressão efectiva do movimento das mulheres, destaca,

no conjunto dessas razões, as que dizem respeito à concentração invulgar de serviços de apoio na cidade centro e de um ambiente ‘tolerante’ que lhe é característico, o que facilita o acesso a serviços domésticos, descartando a necessidade de recurso a serviços no mercado; e a diversificação dos modos de levar a cabo o trabalho reprodutivo.

Em grande parte dos debates de classe, as mulheres (tal como o género em geral) encontram-se numa posição problemática perante o conceito. Aquelas mulheres, não situadas na força de trabalho capitalista, assumem posições de classe só através das suas relações com os outros, habitualmente maridos ou pais. Como trabalhadoras na economia doméstica, as mulheres têm sido teorizadas muitas vezes como empenhadas num processo de não classe de ‘reprodução’ da força de trabalho capitalista, alimentando, vestindo, educando, limpando, realizando uma função social necessária, mesmo se extremamente subvalorizada (KNOOP, 1992). O lar e o alojamento na cidade centro (bem como a tomada de decisão que possibilitou a mobilidade residencial) passa a ser entendido como o sítio-chave da reprodução diária e geracional de força de trabalho, a qual é orientada em direcção a preencher as necessidades de produção capitalista. Muitos autores caracterizam o lar como uma esfera separada de reprodução e consumo. Nele, o trabalho doméstico (em grande parte realizado por mulheres) organiza o consumo das mercadorias produzidas num processo de trabalho capitalista. Neste último, o papel é assumido pelo homem como produtor de mercadorias, o produtor de valor de mais-valia, situado na esfera da produção, como membro da classe trabalhadora. O trabalho na economia doméstica desempenhado pela mulher ao serviço do capitalismo é realizado sob o governo do patriarcado, um sistema de regras e práticas de dominação de género (GIBSON & GRAHAM, 1996).

Todavia, não há dúvidas que a feminização do mercado de trabalho que acompanhou a reestruturação industrial e terciarização da economia urbana alteraram a face do género da força de trabalho capitalista. Como refere McDowell (1991), as mulheres estão a ocupar progressivamente a esfera da produção e os espaços verticais de cimento e de vidro do poder económico. Numa tentativa de interpelar a opressão das mulheres, a gentrificação pode ser resultado de estratégias feministas que na defesa de um novo discurso urbano, procuram desalojar o código binário homem/mulher, fortemente marcado pelo género e que é cartografado na dicotomia de esferas produção/cidade centro versus reprodução/subúrbio e espaços de consumo, respectivamente. As mulheres gentrificadas tentam reverter esse código de género binário espacializado, reivindicando o espaço económico e urbano dos homens como sendo também legitimamente seu. Assim, as mulheres (particularmente famílias chefiadas por mulheres brancas) começam a abandonar os subúrbios, reafirmando, por via da gentrificação, o seu direito a uma localização residencial central na cidade. As mulheres gentrificadas lutaram com sucesso por centros de apoio a crianças, programas de férias para crianças em idade escolar, melhor cuidado comunitário para idosos e deficientes, de modo que elas possam temporariamente libertar-se do papel de auxiliares e reivindicarem um lugar de direito na força de trabalho capitalista paga. Na realidade, o

facto de tal oferta de serviços se concentrar na cidade centro, contribui para a feminização dos agregados nas áreas urbanas centrais, o que não significa, como veremos de seguida, de que é o factor género o mais importante na produção de gentrificação.

A alteração das condições de vida e do próprio mercado de habitação no centro da cidade permite que as mulheres reorientem o seu comportamento em relação ao habitat, de modo a responderem a condicionalismos domésticos e aos exercidos pelo mercado de trabalho. A gentrificação associa-se, assim, a alterações nos padrões de carreira das mulheres, ao mesmo tempo que foi ela própria acelerada com o alargamento gradual das condições de acesso à educação, por parte das mulheres desde os anos 60, aumento das perspectivas de emprego para mulheres casadas, em particular, e revisão dos cálculos respeitantes a actividades geradoras de rendimento e à educação dos filhos (ROSE, 1984).

Essa decisão de manter um grupo doméstico reduzido e muito frequentemente em moldes socialmente considerados pouco formais, não deixa de ter implicações no processo de gentrificação dado que as suas necessidades em termos de habitação (em termos de dimensão do habitat) irão, decerto, distinguir-se das famílias que tradicionalmente migram para os subúrbios. Catherine Bonvalet e Pierre Merlin (1988) destacam o facto de ter sido por volta dos anos 60, que as estruturas familiares foram profundamente modificadas. Essas transformações, associadas à evolução demográfica, sociológica e económica, apresentam incidências importantes no que toca à estrutura urbana de alojamento e habitação. As modificações recentes nas estruturas familiares nos países desenvolvidos traduzem-se, de uma forma global, por um aumento das pessoas a viver sós, uma diminuição das famílias numerosas e um aumento das famílias monoparentais. Essas transformações são respeitantes a várias etapas do ciclo de vida. Em matéria de habitação, ao modelo dominante família-propriedade-casa-periferia, sobrepõe-se um contra-modelo matrimónio particular / união-arrendamento-apartamento-centro. A localização no centro da cidade de agregados, de duas pessoas em que ambas auferem um rendimento, constitui uma solução para problemas de acesso ao emprego e à habitação e respeitantes à combinação entre trabalho remunerado e não remunerado. Deste modo, por razões práticas, a situação em determinado momento da vida e as divisões de trabalho registadas entre sexos no interior dos agregados fomentam a procura de residência no interior das cidades (BUTLER, 1995B).

A origem geográfica dos gentrifiers constitui-se com uma das características mais incompreendidas acerca dos participantes do processo de gentrificação, isto porque, especialmente através dos media, se desenvolveu e popularizou a ideia daquele processo como um 'movimento de regresso à cidade' (back to the city movement) por parte de indivíduos que, insatisfeitos com a sua condição de suburbanitas, rejeitavam a monotonia, as dificuldades e a morosidade de acesso aos locais de emprego e a desvalorização sócio-urbanística decorrentes da sua residência suburbana. Esse estereótipo amplamente divulgado, foi veementemente contrariado pelos analistas urbanos que se debruçaram sobre o fenómeno da gentrificação. Os estudos empíricos efectuados sobre essa ma-

téria revelaram que apenas uma pequena minoria das famílias que se mudaram para os bairros antigos são provenientes da periferia, sendo a maior parte urbanita. É, neste sentido, que Dennis Gale (1983, p. 5) afirma que "(...) instead of a 'back to the city movement' we may be witnessing a 'stay in the city movement'". For available evidence suggest that the newcomer residents in neighbourhoods undergoing revitalization (at least among owner occupants) have by large, moved from within the central city".

Por outro lado, se os registos empíricos permitirem inferir que apenas alguns gentrifiers são ex-suburbanitas, possibilitaram, igualmente, constatar que, para a maior parte dos protagonistas, a opção por uma habitação num bairro antigo implicou uma opção consciente e voluntária, consequentemente, uma atitude de rejeição face ao subúrbio. Segundo Gale (1983), a ida para o centro da cidade é uma segunda alternativa.

Em suma, através do perfil traçado, importa salientar que ao nível das escolhas residenciais e da trajectória social, bem como ao nível da opção profissional e de tipo de família, grande parte dos gentrifiers estão em profunda ruptura em relação aos modelos da geração dos pais. É a emergência de um novo grupo social, de uma nova fracção de classe que, pela sua especificidade (e divergência) em relação aos padrões socio-culturais das classes médias mais tradicionais, se tem convencionalmente denominado de 'nova classe média' (BUTLER, 1995A). Neste sentido, inserimo-nos mais na perspectiva de Butler e Hamnett (1994) de que o processo de gentrificação continua a ser predominantemente produzido pelo papel-chave da classe social e só de forma insuficiente pelo de género. Não questionamos o facto do género e, em particular, o padrão reestruturado do emprego feminino, ser de considerável importância na explicação da gentrificação (BONDI, 1991; WARDE, 1991). Contudo, de acordo com os nossos registos empíricos, as mulheres gentrifiers (e respectivo(a)s companheiro(a)s) fazem parte de uma fracção da classe média e é, neste contexto, que o seu papel desempenhado na produção da gentrificação precisa de ser compreendido.

Delimitação Sócio-Urbanística e Caracterização Geral do Bairro Alto

Localizado na área pericentral a ocidente da Baixa lisboeta, o Bairro Alto é um dos mais tradicionais e populares bairros do núcleo histórico central da capital portuguesa, possuidor de um valioso património arquitectónico e urbano, onde se sedimentam mais de quinhentos anos de história. Surgiu no início do século XVI sobre as hortas e os vinhedos de uma grande herdade, em resultado de uma intervenção de loteamento. Afirmou-se, já na época, como uma nova ideia de cidade, moderna e racional, pela clareza de um traçado geométrico que soube tirar partido das óptimas condições naturais do lugar. Sob o ponto de vista arquitectónico o Bairro Alto é, ainda hoje, uma área de coerência morfológica onde sobressai a grande unidade existente entre uma estrutura física coesa e uma imagem urbana rica e heterogénea. O seu património cultural é muito rico e deriva, sobretudo, do carácter único das formas urbanas que o compõem. A imagem das suas ruas

é construída por uma grande variedade de pormenores, pertencentes a soluções arquitectónicas diversas, resultantes de sedimentações de uma longa história e da correspondente evolução estilística.

Desde sempre, caracterizou a ocupação do Bairro uma mescla social que lhe conferiu uma cultura, urbana e de lugar, com características muito próprias, traduzindo-se numa convivência marcada por uma grande variedade de expressões e manifestações culturais. De facto, o Bairro Alto, que começou por ser ocupado a Sul com gente muito modesta ligada aos trabalhos do mar, muito depressa se tornou lugar desejado pelo clero e nobreza que aqui construíram um grande número de palácios, conventos e igrejas. A outra face do Bairro, nocturna e marginal, ganha fama nos constantes assaltos à mão-armada, conflitos e brigas, servindo para emprestar a este espaço o cunho de populações boémias e desordeiras. A fama lúdica, tolerante e acolhedora, que hoje o Bairro tem, foi também adquirida ao longo das últimas décadas pela existência de um grande número de botequins e famosos restaurantes, que tinham como vizinhos as tabernas – na actualidade bares e pubs – e os salões de tertúlias culturais, onde se reuniam famosos letrados, artistas, políticos e jornalistas. Enquanto área emblemática da cidade, o Bairro Alto evoca um perfil histórico-cultural rico e que é herdeiro da história dos bairros cosmopolitas fecundos na circulação de ideias e na manifestação das vanguardas.

Os residentes, predominantemente de baixo estatuto socio-económico, construíram, ao longo de gerações, comunidades coesas e participativas onde se mantém vivos os laços de entre-ajuda. Ainda hoje se verificam, neste Bairro, a existência de fortes relações de vizinhança e de proximidade, uma grande vivência do espaço público exterior, uma vontade

de comunicação e um claro e intenso sentido de colectividade. Como todas as áreas antigas e centrais das cidades, o Bairro Alto, com o envelhecimento populacional, foi-se degradando. As Casas Senhoriais e os Palácios foram decaindo e a classe média de maiores recursos procurou em construções novas, em áreas periféricas de expansão, o que os edifícios antigos não ofereciam. Como a população que foi ficando era de fracos recursos, mais rápida foi a degradação do edificado (APPLETON et al., 1995). Esta zona pericentral de Lisboa – a zona de transição, também assim designada no modelo concêntrico de Burgess (1925) – sempre teve a função de acolhimento e ocupação pelos recém-chegados à cidade, seja dos migrantes rurais dos anos 60 e 70, seja dos imigrantes africanos, brasileiros e da Europa de Leste, nos anos 80 e 90; que aqui se mantêm até conseguirem organizar a sua vida. Actualmente, o Bairro Alto está a viver um profundo e complexo processo de transformações culturais, sociais e funcionais, com a chegada de novos moradores.

É frequente existirem algumas discordâncias sobre a real área geográfica do Bairro Alto. Na verdade, a maioria dos lisboetas entende o Bairro Alto pela área delimitada a Este pela Rua de S. Pedro de Alcântara e Rua da Misericórdia, a Norte pela Rua D. Pedro V, a Oeste pela Rua do Século, sendo a parte Sul delimitada pelo Largo do Calhariz e Calçada do Combro. Essa zona encontra-se dividida jurisdicionalmente pelas Juntas de Freguesia da Encarnação e Santa Catarina. O conjunto dessas duas freguesias configura o que genericamente se designa de Bairro Alto (Figura 1).

FIGURA 1. Localização da área de estudo: bairro alto na área metropolitana de Lisboa.



Caracterização Social dos Novos Moradores do Bairro Alto

Da imprensa e círculos académicos em Inglaterra, o termo *gentrification* torna-se posteriormente muito popular nos EUA, país onde desde os anos 70 a gentrificação vai assumindo, cada vez maior intensidade e visibilidade. O empolar da expressão 'regresso à cidade', ou seja, da ideia de um pretenso retorno à cidade por parte de sectores sociais que a haviam abandonado rumo às periferias, vulgarizou expressões como *back to the city movement*, o que acabou por confundir o real significado do processo. Deste modo, as primeiras aplicações do conceito de gentrificação designaram a inversão do movimento centrífugo, para fora da cidade, por parte das classes abastadas. Não é menos certo, porém, que cedo um tal movimento populacional foi relativizado e enquadrado na escala adequada. De resto, a obra 'Back to the City' de Laska e Spain (1980) representa o esforço de questionar seriamente o alcance de um pretenso 'retorno à cidade', enquanto movimento migratório de grande amplitude no sentido 'periferia-centro'. O contributo desses autores permitiu situar o processo de gentrificação como um conjunto articulado de dinâmicas que parecem implicar um reinvestimento crescente na cidade por intermédio de reabilitação de áreas antigas devolutas ou ocupadas por sectores sociais de baixos recursos económicos.

De resto, importa salientar que as questões de terminologia tiveram lugar no debate no processo de gentrification e na problemática da sua definição conceptual. Esse termo foi muito frequentemente contestado devido às suas nítidas conotações de classe, tendo alguns investigadores preferido designar aquele processo de 'revitalização urbana', 'movimento de regresso à cidade', 'recolonização dos bairros centrais', sobressaindo de cada uma dessas denominações também as divergências sobre o que os seus diversos autores acreditavam

ser a questão central naquele processo. Sublinhe-se, contudo, que todas estas designações encontram, de alguma forma, segundo certos autores, premissas implícitas e ideologicamente fundamentadas, encerrando sempre um certo etnocentrismo de classe.

Designações como 'renascimento', 'revitalização' ou 'recolonização' têm inerente a noção defendida nos anos 50 e 60 por alguns teóricos de que o abandono das classes médias da cidade, acompanhado da instalação de classes populares e minorias étnicas, teria acentuado o 'declínio urbano' que, hoje em dia, estaria a inverter-se com o regresso das primeiras e transferência das segundas. A designação 'movimento de regresso à cidade' sugere, por seu turno, um fluxo intenso entre os subúrbios e a cidade, como se esta surgisse novamente atractiva para aqueles que nas últimas décadas a tinham abandonado, contrariando registos empíricos recentes que demonstram, por um lado, o carácter não massivo do movimento (são grupos restritos, apesar da tendência para um crescimento em número), e por outro, que os gentrifiers são na sua maioria urbanitas, tratando-se, dessa forma, não de uma migração de fora para dentro da cidade, mas sim de movimentos operados no seio do espaço urbano-metropolitano e dentro deste com maior incidência nos bairros centrais. Esse facto é também aplicável ao caso do Bairro Alto.

À semelhança do que se tem registado na maioria das freguesias da cidade de Lisboa, também Santa Catarina e Encarnação, freguesias com uma ocupação urbana consolidada, experimentam uma dinâmica populacional que aponta no sentido de uma acentuada regressão que não parece querer abrandar (Quadros 1 e 2). Com efeito, pelo menos, desde os anos 60, têm vindo a perder população, ao mesmo tempo que se assiste a um crescimento explosivo da zona suburbana (BARATA SALGUEIRO, 2001).

QUADRO 1. Evolução da população residente, entre 1960 e 2001.

<i>Local</i>	1960	1970	1981	1991	2001
Freguesia de Santa Catarina	11 715	8 600	7 969	5 153	4 081
Freguesia da Encarnação	9 558	6 200	6 628	3 072	3 182
Concelho de Lisboa	802 230	760 150	807 937	663 394	564 657

FONTE: INE, recenseamento da população, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001.

QUADRO 2. Variação da população residente (%), entre 1960 e 2001.

<i>Local</i>	1960/70	1970/81	1981/91	1991/2001
Freguesia de Santa Catarina	-7,3	-26,6	-35,3	-20,8
Freguesia da Encarnação	6,9	35,1	-53,7	3,6
Concelho de Lisboa	6,3	5,2	-17,9	-14,9

FONTE: INE, recenseamento da população, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001.

As quebras chegam a ser muito acentuadas, atingindo, a maior parte delas, contingentes superiores a um quarto dos residentes. E se tivermos em conta que a cidade de Lisboa conseguiu recuperar, de 70 a 81, uma parte da quebra demográfica da década anterior, a regressão evidenciada por Santa Catarina, superior a 7%, surge ainda mais acentuada. Comparando com os dados dos Censos de 1991 e no que respeita à evolução do crescimento populacional, continua a registar-se um crescimento negativo mas, convém salientar, que o ritmo de perda da população foi muito menos acentuado no período intercensitário de 91 para 2001, por comparação ao período homólogo de 1981 para 1991, o que deixa antever uma possível inversão da tendência de abandono desta área central da cidade. Há a sublinhar, inclusive, a variação positiva de 3,6% da população residente na freguesia da Encarnação que, num contexto de perda generalizada de população de quase todas as freguesias da cidade, não deixa de ser muito significativo na atracção de novos moradores. Apenas as freguesias da Encarnação, Lumiar, Charneca e Carnide registaram um aumento de população residente nos dez anos entre 91 e 2001, em todo o conjunto da cidade de Lisboa, sendo que as três últimas, ao contrário da primeira (freguesia central do Bairro Alto), se encontram situadas numa das zonas de expansão do tecido urbano da cidade. O mesmo registo positivo se aplica à variação do número de famílias clássicas em igual período intercensitário, onde a freguesia da Encarnação experimentou um aumento de 18% no conjunto de indivíduos que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco entre si, sendo que também na categoria de família clássica se inclui qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

Mesmo assim, ainda que com os registos positivos da freguesia da Encarnação no domínio demográfico, a verdade é que a freguesia da Santa Catarina persiste em manter uma regressão populacional no conjunto do bairro. Num tal contexto, não se estranhará o profundo envelhecimento do bairro, caracterizado pela importância dos habitantes com 65 ou mais anos com um peso superior a 28%, valor superior à média de Lisboa (Quadro 3), já de si elevada quando comparada com outras cidades do país (MATIAS FERREIRA & CALADO,

1992a, 1992b).

No que respeita à idade, os gentrifiers parecem ser maioritariamente jovens adultos e adultos com idades compreendidas entre os 25 e os 35 anos. Contudo, no Bairro Alto, estas parecem estender-se até aos 40 anos, podendo ser explicado, por um lado, pelo facto de em Portugal o percurso universitário acabar mais tarde devido às dificuldades que os recém licenciados encontram de inserção na vida profissional e, por outro, em virtude da dificuldade em suportar os valores praticados no mercado imobiliário aquando da sua afirmação social, profissional e familiar.

Uma análise à população residente no bairro há menos de dez anos (Quadro 3), com base nas conclusões do inquérito sócio-habitacional levado a cabo pelo Gabinete Técnico Local do Bairro Alto e da Bica em 1992/1993, permite comprovar essa tendência, dado que 50% dos novos moradores do bairro têm idades compreendidas entre os 25 e 39 anos. Assim sendo, trata-se de uma população maioritariamente jovem que provavelmente estará no início de vida activa. Se compararmos esses valores com os relativos a Lisboa ou ao próprio bairro, verifica-se que a população residente que se insere nessa faixa etária não chega aos 20%. Para além disso, o índice de envelhecimento dos novos moradores é dez vezes mais reduzido do que o do bairro. Acrescente-se ainda, que as freguesias de Encarnação e de Mártires (essa última faz fronteira com o Bairro Alto) foram as que apresentaram uma variação média da população residente com idades entre os 20 e os 39 anos mais elevada em todo o conjunto da cidade, com 39 e 26%, respectivamente, valores anormalmente elevados no seio da cidade centro e para uma zona histórica que continua ainda a registar um profundo processo de despovoamento, se tivermos em conta as freguesias circundantes (ex. Mercês, Madalena, Santa Justa, São Paulo, São Nicolau). Portanto, e bem que se trate de um processo lento e ainda em desenvolvimento embrionário, não existem dúvidas de que as linhas de força da actual gentrificação do bairro representam um rejuvenescimento populacional, bem como uma redução do respectivo índice de envelhecimento, ainda que apenas em sectores restritos.

QUADRO 3. População residente no bairro alto e em Lisboa, segundo os grupos etários, em 1981 e 2001 (%).

<i>Grupo etário</i>	<i>Lisboa</i>		<i>Bairro Alto</i>		<i>Novos moradores</i>
	<i>1981</i>	<i>2001</i>	<i>1981</i>	<i>2001</i>	
Menos de 20	26,3	16,9	22,2	11,7	3,0
20-24	7,6	7,4	7,8	7,7	8,5
25-29	6,7	7,3	7,0	8,2	14,3
30-34	6,4	6,1	5,5	6,0	20,2
35-39	6,1	6,1	5,3	5,9	15,4
40-44	6,3	6,1	5,6	6,3	12,5
45-49	7,1	6,4	6,6	6,2	7,1
50-54	7,2	6,8	7,0	6,6	4,5
55-59	6,8	6,5	7,1	6,1	3,5
60-64	5,3	6,7	6,2	6,7	3,2
65-69	5,0	7,0	6,4	7,6	2,4
70-74	4,1	6,3	5,8	7,1	2,0
Mais de 75	5,2	10,3	7,5	13,9	3,4
Índice de envelhecimento	75	203	117	371	38,5

FONTE: INE, recenseamento da população, 1981 e 2001. Inquérito sócio-habitacional 1992/1993 – Gabinete Técnico Local.

As sucessivas diminuições de população residente, registadas no bairro na segunda metade do século XX, apesar de acompanharem as que se experimentaram por todo o conjunto da cidade de Lisboa são, de longe, e com o grupo das restantes freguesias pertencentes ao centro histórico da cidade, bastante intensas (à excepção como vimos da freguesia da Encarnação), pondo definitivamente de lado qualquer hipótese da gentrificação que está em curso se confundir com uma migração maciça em direcção ao bairro, com origem nas áreas periféricas da cidade. Por conseguinte, embora visível pela observação de campo e pelo contacto com actores privilegiados no processo, a gentrificação não se deixa, porém, entrever nas informações constantes nos diversos recenseamentos populacionais, pelo menos enquanto movimento populacional considerável 'periferia-centro'.

A verdade é que uma simples análise da variação populacional também não se afigura suficiente, de forma a interpretar a especificidade do movimento de fixação de novos moradores, designadamente, no que toca à sua origem geo-

gráfica. Esta, constitui um dos elementos melhor caracterizadores da definição dos protagonistas da gentrificação. Deste modo, nos últimos 30 anos de estudos urbanos dedicados à interpretação da gentrificação, tem vindo a ganhar consenso a ideia de que ao contrário do que se pensava, os gentrifiers são, na sua maioria, urbanitas, havendo apenas uma minoria de indivíduos provenientes das áreas periféricas.

Recorrendo novamente aos resultados do inquérito sócio-habitacional que já referimos, pode-se constatar que, também na área de estudo, os novos moradores são maioritariamente urbanitas, pois já habitavam na cidade de Lisboa, embora antes possa ter protagonismo um movimento da periferia para a cidade. Da análise do Quadro 4, é possível inferir que a maior parte dos habitantes que moram no bairro há menos de dez anos são oriundos da cidade de Lisboa (32,7%) ou do resto do país (41%). Apenas uns residuais 3% dos novos moradores têm origem na periferia da cidade.

QUADRO 4. População residente no bairro alto, há menos de 10 anos, segundo a origem geográfica (por representante do agregado) – 1992/93 (%).

<i>Origem Geográfica</i>	<i>%</i>
Bairro	3,9
Cidade de Lisboa	32,7
Periferia de Lisboa	3,3
Área Metropolitana do Porto	2,3
Litoral	20,1
Interior	20,6
PALOP	9,7
Outros países estrangeiros	7,4

FONTE: Inquérito sócio-habitacional 1992/1993 – Gabinete Técnico Local.

Demonstra-se, deste modo, que o designado ‘retor- no à cidade’, enquanto movimento migratório de grande amplitude no sentido ‘periferia-centro’ não se confirma no caso específico do Bairro Alto. Aliás, como referimos num ponto anterior, a gentrificação remete para uma recentralização selectiva, pelo que, à partida, estaria posta de parte qualquer hipótese de se tratar de um movimento populacional de alcance considerável, capaz de inverter a ‘sangria demográfica’ experimentada nos últimos quarenta anos pelas freguesias do bairro. Deixará, então, de ter interesse a abordagem do fenómeno que o restringe às evidências estatísticas da variação populacional e de outras variáveis socio-demográficas – factor que não poderá, todavia, ser negligenciado – para passar a ser analisado pelas implicações da mobilidade residencial e dos trajectos de vida ao nível dos usos do solo e da valorização fundiária que a reabilitação urbana produz numa determinada área.

Uma análise da mobilidade social dos entrevistados passa pela definição dos lugares de classe ocupados pelo seu grupo doméstico primário a fim de se comparar com o lugar de classe a que pertencem actualmente. Ora, tendo analisado as fichas de caracterização social, verificou-se que a maioria dos entrevistados registou um trajectória social ascendente, integrando-se actualmente em classes médias altas, o que pode estar relacionado com o acesso a maiores recursos escolar, parâmetro determinante na acumulação de capital cultural e social e na definição de um estilo de vida específico.

No estudo do percurso de vida dos entrevistados inclui-se a análise do ciclo de vida e a mobilidade residencial em geral de forma a descrever as principais tendências das trajectórias efectuadas pelos novos moradores do Bairro Alto. Uma análise às referências do percurso de vida permite constatar, à excepção de um, que todos os entrevistados, apesar de não terem nascido em Lisboa, já viviam na cidade há alguns anos, tendo-se transferido para o Bairro Alto numa fase já sedimentada da sua vida em contextos urbanos. Embora,

nenhum dos entrevistados sejam naturais de Lisboa, isso não contraria o facto de poderem serem considerados urbanitas, uma vez que, a mudança para o bairro não foi inter-regional, mas intra-urbana.

Relativamente ao percurso familiar dos novos moradores, verifica-se que para a grande maioria, a mudança do local de origem para a cidade de Lisboa significou a saída da residência dos pais. São jovens, a viver, numa primeira fase (pós família primária), marcados, em alguns casos, pelo desejo de autonomização económica, que se manifesta na decisão de partilharem alojamentos com amigos – o que pressupõe menor flexibilidade económica. Normalmente, esta situação tende a caracterizar-se, numa segunda fase, pela aquisição ou aluguer de uma habitação para usufruto isolado.

Importa realçar, que os modelos familiares em presença parecem coincidir com os novos tipos de famílias urbanas que decorrem de alterações nas próprias estruturas familiares contemporâneas, onde progressivamente ganham relevo o aumento de isolados e de famílias monoparentais, os casais sem filhos ou com número reduzido destes, bem como as uniões de facto. A pequena dimensão do grupo doméstico é um elemento potenciador de um acesso facilitado a um habitat central e pela opção de uma habitação pequena, modelo que estaria ainda associado a um estilo de vida pouco voltado para a família e vida doméstica, mas sim, preferencialmente, para o consumo dos espaços públicos, sobretudo os espaços de lazer nocturno que o bairro oferece.

No que respeita ao estado civil, ainda que os valores mais recentes de 2001 não diverjam muito entre si, à excepção do número de divorciados e de separados que é ligeiramente superior nos novos moradores do bairro em comparação com os da cidade, é de sublinhar a elevada percentagem de indivíduos solteiros (37,8%) no quadro do efectivo de novos moradores que entretanto se fixaram no Bairro Alto ao longo da década de 80 e início dos anos 90 (Quadro 5). A reduzida

dimensão do agregado familiar tem fortes implicações no processo de gentrificação, indo de encontro à oferta habitacional

presente no bairro.

QUADRO 5. População residente activa no bairro alto e em Lisboa, segundo o estado civil, em 1981, 1991 e 2001 (%).

<i>Estado Civil</i>	<i>Lisboa</i>		<i>Bairro Alto</i>		<i>Novos moradores</i>
	<i>1991</i>	<i>2001</i>	<i>1981</i>	<i>2001</i>	
Solteiro	27,8	37,8	36,1	38,5	37,8
Casado	62,5	47,6	47,5	50,7	49,2
Viúvo	2,6	9,2	12,2	2,9	4,3
Divorciado/Separado	7,2	5,3	4,2	8	8,7

FONTE: INE, recenseamento da população, 1981, 1991 e 2001.
Inquérito sócio-habitacional 1992/1993 – Gabinete Técnico Local.

No que respeita às funções socio-económicas da cidade, a mobilidade vai permitir uma autonomia crescente dessas mesmas funções em relação a uma geografia do habitat, até pelo capital cultural e social que o perfil dos entrevistados evidencia e que, como se viu anteriormente, se encontra fortemente associado aos fenómenos de cultura de consumo e esteticização da vida social.

São esses dois que estão na base da afirmação de uma 'nova classe média' na reconfiguração do Bairro Alto e, por conseguinte, na valorização de novos produtos imobiliários que neste se começa a encontrar. Para além dos 'intermediários culturais', aquele novo grupo social diz também respeito a profissões científicas e técnicas relacionadas com a educação, a formação profissional e o meio académico. No caso do Bairro Alto, este grupo também é visível, já que aproximadamente 30% da nova população residente no bairro pertence ao grupo de profissões científicas, técnicas, artísticas e

similares. Esta percentagem poderá parecer não muito elevada devido à concorrência de outras áreas residenciais da cidade que nos últimos anos têm recebido um importante fluxo populacional onde predominam indivíduos pertencentes a estes grupos socio-profissionais.

Contudo, caso se considere os grupos de directores e quadros superiores administrativos e restante pessoal administrativo e trabalhadores similares, e se a este juntarmos os 15% que este último grupo representa, perfazem-se cerca de 45%. Muito embora, o peso indiscutível desses grupos de trabalhadores mais qualificados nos novos moradores do bairro, a estrutura geral da população empregada apresenta uma distribuição relativamente equilibrada. Os trabalhadores menos qualificados da indústria, comércio e serviços assumem uma representação também expressiva, o que parece, à primeira vista, pôr em causa o processo de 'filtragem social' associado à gentrificação (Quadro 6).

QUADRO 6. População residente no bairro alto e em Lisboa, segundo o grupo profissional (por representante do agregado), em 2001 (%).

Grupos profissionais	Lisboa	Bairro Alto	Novos Moradores
Pessoal de profissões científicas, técnicas, artísticas e similares; Directores e quadros superiores administrativos	30,9	21,9	32,9
Pessoal administrativos e técnicos intermediários	27,3	27,4	11,8
Pessoal dos serviços de protecção e segurança, dos serviços pessoais e domésticos e trabalhadores similares, incluindo comércio	13,8	20,7	39
Trabalhadores da agricultura e pesca; Forças armadas	0,9	0,6	0,4
Trabalhadores das indústrias extractivistas e transformadora e condutores e máquinas e de transporte	12,2	12,1	15,9

FONTE: INE, recenseamento da população, 2001. Inquérito sócio-habitacional 1992/1993 – Gabinete Técnico Local.

Se atentarmos à distribuição da variação da população activa, nas freguesias de Lisboa, no período intercensitário de 1991 e 2001, rapidamente se conclui da inversão da tendência de regressão socio-demográfica da Encarnação que, à semelhança do registado em termos de população residente, ganhou mais ¼ da sua população de novos moradores que se constituem como mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entra ou entrou no circuito económico do mercado de trabalho. De facto, a Encarnação, com o seu ganho de 25% de população activa na década de 90 – facto por si só extraordinário no contexto de um centro histórico ainda visivelmente envelhecido – só se deixa mesmo ultrapassar por Carnide (31,3%), ficando mesmo à frente de freguesias jovens e de recente expansão urbana de Lisboa, tais como as do Lumiar (13,2%) e Charneca (6,1%).

Considerações Finais

A suburbanização continua a ser uma temática fulcral no âmbito da investigação urbana onde essas movimentações, ainda hoje, se revelam importantes, contudo, começam a esboçar-se alguns sinais recentes (anos 70 e 80 no caso de Inglaterra e Estados Unidos) que, se não prefiguram a sua inversão, pelo menos, manifestam tendências muito distantes das anteriores. Estudos empíricos começam a sugerir um

regresso aos bairros centrais mais antigos por parte de actores sociais que apresentam características distintas dos que haviam passado a habitá-los anteriormente. Na verdade, alguns observadores (europeus e norte-americanos) têm assinalado que, desde o início da década de 70, um pequeno mas significativo (porque crescente) número de famílias jovens e de indivíduos isolados, entre os quais as mulheres, de médio e/ou alto rendimento, têm vindo a transferir-se para bairros centrais antigos, empreendendo estratégias de reabilitação do seu parque habitacional. Assim, como vimos, surge esta tendência de gentrification, que vem designar esse novo processo de recomposição (e substituição) social verificado no espaço urbano, estreitamente ligado a acções de reabilitação urbana das habitações nos centros antigos das cidades, mediante investimentos estatais ou privados.

Partindo igualmente da noção de centralidade, o conceito de gentrification particulariza o fenómeno e circunscreve-o espacialmente a bairros que têm um significado histórico e arquitectónico a nível social, acreditando que nestes o processo de recomposição socio-espacial adquire especificidades próprias que o distinguem das movimentações ocorridas em outras áreas da cidade. De facto, são várias as aproximações empíricas que fazem notar que é nesses bairros, com carácter histórico e em progressiva degradação urbanística, que o processo toma evidentemente maiores proporções e se reveste de

uma maior e incontestável visibilidade.

No que respeita à estrutura motivacional que preside às estratégias residenciais, no sentido dos bairros históricos centrais, Dennis Gale (1983) refere quatro, como sendo as mais relevantes: o facto do preço da habitação naqueles bairros ser relativamente aceitável tendo em conta o preço comumente praticado na restante área metropolitana; a possibilidade e potencialidade de um investimento a longo prazo (principalmente com a actual revalorização daquelas áreas); uma localização central que facilita os acessos, quer aos locais de emprego, quer aos locais de lazer; por último, a importância do carácter histórico e arquitectónico dos bairros. Nesta perspectiva, tal como a que sustentam outros autores, a opção pela residência num bairro antigo implica quer uma escolha em favor das vantagens económicas (e de autonomia ligadas à propriedade), quer uma escolha de localização em relação à centralidade, mas também no caso das mulheres, da existência de um meio tolerante e seguro de vivência. Por fim, esses autores, destacando a valorização de um certo tipo de habitat de interesse histórico e arquitectónico assinalam a posição ambivalente e contraditória na estrutura social dessa nova classe média, que se manifesta no desfasamento existente entre o seu capital económico e cultural. Logo, o que esta estratégia residencial permite potencialmente aos gentrifiers é a sua deslocação das lutas sociais quotidianas da esfera da produção, onde o seu capital é na maioria dos casos reduzido, para a esfera do consumo e do 'consumo cultivado' em particular, possibilitando importantes desenvolvimentos nas práticas e estratégias de vida, procurando articular um fraco investimento económico com um elevado investimento cultural (RODRIGUES, 1990, 1993).

Na identificação das motivações que estiveram na base da escolha de uma habitação no bairro transparece, essencialmente, a necessidade de marcar uma nova etapa no ciclo de vida adoptando estratégias residenciais específicas e orientadas que se reflectem nas escolhas e nas prioridades habitacionais. Na base da escolha residencial dos entrevistados em estudo foi possível confirmar os quatro tipos de razões mais frequentemente apontados pelos estudos urbanos dedicados à gentrificação.

Particularizando, ao focar a localização geográfica / centralidade, a maioria dos entrevistados tinha um duplo sentido: se, por um lado, faziam referência ao facto do bairro ser central e, portanto, permitir um acesso mais facilitado a qualquer área da cidade, por outro, essa centralidade adivinha, na maior parte dos casos, a proximidade ao local de trabalho e daí se ter incluído a dimensão profissional ainda que, de acordo com os registos, de forma indirecta, uma vez que o factor primário era a proximidade ao local de trabalho e não o emprego propriamente dito. A localização do bairro em termos de acessibilidade e de proximidade remete-nos para a temática da pendularidade que se revela como um factor cada vez mais importante na vida quotidiana dos indivíduos. A crescente dissociação entre o espaço de trabalho e o espaço de habitação (para o qual contribui também uma crescente feminização do mercado de trabalho) é um fenómeno comum nas metrópoles modernas. Neste sentido, refira-se que, para os novos moradores entrevistados, a centralidade do bairro encontra-se

intimamente relacionada a uma diminuição significativa do tempo de percurso efectuado entre casa-emprego e emprego-casa.

Quanto ao ambiente-cosmopolitismo, este tem subjacente a componente tradicional do bairro é um dos aspectos mais valorizados pelos novos moradores – a animação, a tolerância e a diversidade social e cultural. O bairro vive já há, pelos menos, três décadas, uma fase de transição que passa, não só pela melhoria da sua qualidade sócio-urbanística, mas sobretudo, por uma dinâmica socio-cultural bastante acentuada, aspecto que está altamente valorizado pelos entrevistados em causa. Tal como Warde (1991) e Caulfield (1994) referem, a adopção de estratégias de agregados não convencionais no seio das classes médias, fazendo aqui, referência a agregados homossexuais ou monoparentais em que o chefe da família é uma mulher, encontra na exuberância e na tolerância da cidade centro as fontes alternativas de valores, de diversidade e de identidade, agindo como uma forma de compensação de défices imaginários de status associados a formas não ortodoxas de agregado.

Relativamente aos factores económico e oportunidade, a maioria dos entrevistados referiu que procurava casa e que esta havia aparecido com boas condições e em boa oportunidade, pressupondo-se, embora de forma não explícita, que uma delas fosse monetária. Isso não significa que o baixo custo da habitação não tenha prevalecido sobre o sentido de oportunidade. Na verdade, para alguns entrevistados, a opção pelo bairro foi, desta forma, também ela pautada pelos preços dos imóveis. O preço aceitável da habitação e a possibilidade de um investimento imobiliário através da aquisição da nova habitação estão presentes, como motivação na tomada de decisão da nova localização residencial no bairro, em todos os novos moradores entrevistados.

O acesso a uma habitação reabilitada ou com intenção de tal reflecte, acima de tudo, uma escolha em favor de um certo tipo de habitação que Dansereau e Choko (1988) remeteram para três aspectos fundamentais: a génese de uma residência com conotação patrimonial; vantagens económicas e de autonomia relacionadas com a posse de propriedade; e a localização que privilegia a centralidade. Estes três elementos indissociáveis entre si constituem componente importante inerente a um processo territorial de constituição de classe, fortemente alicerçado sobre a produção de um sistema de signos distintivos, no qual assenta a emergência de uma 'nova pequena burguesia urbana' portadora de diferentes valores e modos de vida, comparativamente à população autóctone dos bairros centrais (BOURDIN, 1979).

O que parece estar implícito nessas novas posturas face ao alojamento e áreas residenciais é ainda igualmente a oportunidade de aquisição, a um preço razoável e com baixos custos de propriedade e de acessibilidade, de uma habitação, que pelo seu carácter histórico e patrimonial fomenta a criação de signos distintos e distintivos. O espaço continua, desta forma, a ser um importante mediador nas relações sociais e nas demarcação das trajectórias sociais individuais e colectivas. Existe, assim, uma dupla necessidade material e social: viver num bairro histórico equivale a conferir-se a si próprio um estatuto social e um estilo de vida distinto e distintivo, reflec-

tindo uma identidade social e cultural própria, num quadro de vida material flexível.

A reestruturação social em curso no Bairro Alto só se torna legível, de forma satisfatória, quando se interpreta no seio de um quadro mais amplo de mudanças sociais que explicam, paralelamente, a revalorização que as áreas centrais têm experimentado no que toca ao (re)investimento na habitação para estratos socio-económicos mais elevados. Estes, por sua vez, ao evidenciarem novos estilos de vida mais cosmopolitas e privilegiarem o acesso a serviços diversificados e de qualidade, configuram novas importantes procuras para novos produtos imobiliários que resultam da mudança no modo de produção do espaço.

Notas

1 Até pela origem etimológica da palavra que empresta ao conceito o seu significado. Como vimos gentry – raiz da palavra gentrification – significa literalmente pequena nobreza, pequena aristocracia.

Referências

- APPLETON, João (et al.). **Manual de Apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1995.
- BARATA SALGUEIRO, Teresa. **Lisboa, Periferia e Centralidades**. Oeiras: Celta Editora, 2001.
- _____. Oportunidades e transformação na cidade centro. **Finisterra**, vol. 41, nº 81, p. 9 - 32, 2006.
- BEAUREGARD, Robert. The chaos and complexity of gentrification. In: SMITH, Neil; WILLIAMS, Peter (Ed.). **Gentrification of the City**. Londres: Allen & Unwin, 1986. p.35 - 55.
- BONDI, Liz. Gender divisions and gentrification: a critique. **Transactions of the Institute of British Geographers**, vol. 16, p. 190-198, 1991.
- BONVALET, Catherine; MERLIN, Pierre. L'évolution des structures familiales: quelles consequences pour l'habitat? **Espaces et Societes**, vol. 51, p. 183-202, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. **La Distinction: Critique Sociale du Jugement**. Paris: Éditions Minuit, 1979.
- _____. **O Poder do Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **La Reproduction**. Paris: Éditions Minuit, 1970.
- BOURDIN, Alain. Restauration rehabilitation: l'ordre symbolique de l'espace neo-bourgeois». **Espaces et Societes**, vol. 30/31, p. 15 - 35, 1979.
- BURGESS, Ernest. The growth of the city. In: PARK, Robert. (et al.) (Ed.). **The City**. Chicago: Oxford University, 1925. p. 47 - 62.
- BUTLER, Tim. The debate over the 'middle class'. In: BUTLER, Tim; SAVAGE, Mike. (Eds.). **Social Change and the Middle Classes**. Londres: Routledge, 1995a. p. 26 - 36.
- _____. Gentrification and the urban middle classes. In: BUTLER, Tim; SAVAGE, Mike. (Eds.). **Social Change and the Middle Classes**. Londres: Routledge, 1995a. p. 188 - 204.
- _____. **Gentrification and the Middle Classes**. Aldershot: Ashgate, 1997.
- BUTLER, Tim; HAMNETT, Chris. Gentrification, class and gender: some comments on Warde's gentrification as consumption. **Environment and Planning D: Society and Space**, vol. 12, nº 4, p. 477 - 493, 1994.
- BUTLER, Tim; ROBSON, Garry. Coming to terms with London: middle-class communities in a global city. **International Journal of Urban and Regional Research**, vol. 25, nº 1, p. 70 - 86, 2001.
- _____. **The London Calling: The Middle Classes and the Remaking of Inner London**. Nova Iorque: Berg, 2003.
- CAULFIELD, Jon. **City Form and Everyday Life. Toronto's Gentrification and Critical Social Practice**. Toronto: University of Toronto Press, 1994.
- DANSEREAU, Francine.; CHOKO, Mark. Revalorisation des centres urbains et nouveaux visages de l'accession a la propriété au Canada. **Espaces et Societes**, vol. 51, p. 21 - 34, 1988.
- GALE, Dennis. Middle-class resettlement in older urban neighbourhoods: the evidence and the implications. In: BALDASSARE, Mark. (org.). **Cities and Urban Living**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1983. p. 293 - 304.
- GIBSON, Katherine; GRAHAM, Julie. **The End of Capitalism (as we knew it): A Feminist Critique of Political Economy**. Oxford: Blackwell, 1996.
- HAMNETT, Chris. Gentrification and residential location theory: a review and assessment. In: HERBERT, David; JOHNSTON, Ronald John. (Ed.). **Geography and the Urban Environment: Progress in Research and Applications**. Nova Iorque: Wiley & Sons, 1984. p. 283 - 319.
- _____. Home-ownership and the middle classes. In: BUTLER, Tim; SAVAGE, Mike. (Ed.) **Social Change and the Middle Classes**. Londres: Routledge, 1995. p. 257 - 272.
- KNOPP, Lawrence. Sexuality and the spatial dynamics of capitalism. **Environment and Planning D: Society and Space**, vol. 10, nº 6, p. 651 - 669, 1992.
- LASKA, Shirley Bradway; SPAIN, Daphne. **Back to the City: Issues in Neighbourhood Renovation**. Elmsford: Pergamon Press, 1980.
- LEY, David. Gentrification and the politics of the new middle class. **Environment and Planning D: Society and Space**, vol. 12, nº 1, p. 53 - 74, 1994.
- _____. **The New Middle Class and the Remaking of the Central City**. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- MATIAS FERREIRA, Vitor; CALADO, Maria. **Freguesia da Encarnação (Bairro Alto)**. Lisboa: Contexto Editora, 1992a.
- _____. **Freguesia de Santa Catarina (Bairro Alto)**. Lisboa: Contexto Editora, 1992b.
- MCDOWELL, Linda. Life without father and Ford: the new gender order of Post-Fordism. **Transactions of the Institute of British Geographers**, vol. 16, p. 400 - 419, 1991.

**O Lugar do Género na Produção
de Gentrificação e de Novas
Procuras Residenciais no Centro
Histórico de Lisboa**

MILLS, Carolline. Life on the upslope: the postmodern landscape of gentrification. **Environment and Planning D: Society and Space**, vol. 6, nº 2, p. 169 - 190, 1988.

RODRIGUES, Walter. Gentrification e emergência de novos estilos de vida na cidade. In: **Actas do Colóquio Viver n(a) Cidade**. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil e Centro de Estudos Territoriais e Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1990. p. 49 - 58.

_____. Urbanidade e novos estilos de vida. Contributos para um debate. In: **Actas do II Congresso Português de Sociologia**. Lisboa: Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, 1993. p. 812 - 816.

ROSE, Demaris. Rethinking gentrification: beyond the uneven development of marxist urban theory. **Environment and Planning D: Society and Space**, vol. 2, nº 1, p. 47 - 74, 1984.

_____. A feminist perspective on employment restructuring & gentrification". In: WOLCH, Jennifer; DEAR, Michael (Ed.). **The Power of Geography**. Londres: Unwin Hyman, 1989, p.118.138.

SAVAGE, Michael; WARDE, Alan. **Urban Sociology, Capitalism and Modernity**. Londres: Macmillan, 1993.

SMITH, Neil. Gentrification, the frontier, and the restructuring of urban space. In: SMITH, Neil; WILLIAMS, Peter (Ed.). **Gentrification of the City**. Londres: Allen & Unwin, 1986a, p. 15 - 34.

_____. The gentrification of Harlem? **Annals of the Association of American Geographers**, vol. 76, nº 3, p. 347 - 365, 1986b.

_____. Of yuppies and housing: gentrification, social restructuring and the urban dreams. **Environment and Planning D: Society and Space**, vol. 5, nº 2, p. 151 - 172, 1987.

WARDE, Alan. Gentrification as consumption: issues of class and gender. **Environment and Planning D: Society and Space**, vol. 9, p. 223 - 232, 1991.

Recebido em 12 de setembro de 2009.

Aceito em 30 de novembro de 2009.